
A CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Kéllia de Araújo¹
Themis Gomes Fernandes²
Heloíza Aline Pereira da Silva³

Resumo

Este artigo relata a contribuição do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado-AEE para a formação continuada de professores da educação básica na cidade de Mossoró/RN. O trabalho objetiva socializar a experiência e refletir sobre a importância da disciplina Deficiência Auditiva e AEE, uma vez que delimitamos esta pesquisa, ao discutirmos sobre a contribuição desta disciplina como aporte teórico reflexivo para a prática pedagógica. Fundamentamos esse artigo com autores que dialogam com esta temática, como Braga e Bedaque (2015), Carvalho (2006), Werneck (1997), Gonçalves e Furtado (2015), as leis que regulamentam a educação inclusiva em âmbito Nacional, entrevista semiestruturada com a mãe de um aluno com surdez severa profunda e o Caderno da disciplina. Verifica-se que a disciplina Deficiência Auditiva e AEE contribuiu para o aprimoramento da prática pedagógica da professora participante do curso, fazendo-a refletir sobre práticas metodológicas inovadoras, contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Formação Continuada. Docentes. AEE.

Abstract

This article reports the contribution of the Specialization Course in Specialized Educational Assistance (AEE) for the continuing education of teachers of basic education in the city of Mossoró / RN. The paper aims to socialize the experience and reflect on the importance of the discipline Auditory Deficiency and ESA, once we delimit this research, when we discuss about the contribution of this discipline as a theoretical and reflexive contribution to the pedagogical practice. We base this article on authors who dialogue with this theme, such as Braga and Bedaque (2015), Carvalho (2006), Werneck (1997), Gonçalves and Furtado (2015),

¹Mestranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), kelliaaraujo@bol.com.br.

² Mestra em Ciências da Educação pela Universidade (UNIGRENDAL), Themis.fernandes@bol.com.br.

³Especialista em supervisão Escolar pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), heloizaaline@hotmail.com.

the laws that regulate inclusive education at the national level, semi-structured interview with The mother of a student with severe severe deafness and the Book of Discipline. It is verified that the discipline Auditory Deficiency and ESA contributed to the improvement of the pedagogical practice of the teacher participating in the course, making it reflect on innovative methodological practices, contributing to the teaching and learning process of the students.

Keywords: Continuing Education, Teachers, AEE.

1. Introdução

A formação docente vem sendo discutida no Brasil, e em outros países, ganhando relevância no final do século XX. Partindo desse pressuposto e pensando na importância da formação continuada para a prática pedagógica com foco na aprendizagem significativa e na perspectiva da Educação Inclusiva, é que esse trabalho discorrerá sobre a contribuição do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado-AEE para a formação de professores. Este curso é promovido pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) e do Comitê Institucional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica (COMFOR), ofertado, na modalidade à distância, pelo Núcleo de Educação a Distância (NEaD), fomentado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC).

O curso objetiva desenvolver aprendizagens significativas, mediante o contexto educacional dos professores, a fim de promover discussões e condutas flexíveis que envolvam a prática docente, promova a apropriação de conhecimentos que possam levá-los a refletir sobre suas práticas. Para a efetivação do curso são ministradas dez disciplinas à distância, utilizando-se o Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFERSA (Plataforma Moodle). Desta forma, delimitamos a pesquisa ao discutirmos sobre a contribuição da disciplina Deficiência Auditiva e AEE, como aporte teórico reflexivo para a prática pedagógica.

E a partir dos conteúdos abordados na disciplina Deficiência Auditiva e AEE, procuramos conhecer a História de vida e o processo de inclusão no ensino regular do aluno através da entrevista realizada com a sua mãe, a fim de compreendermos como se deu este processo. O aluno FGDF tem dez anos e está matriculado no 5º Ano do Ensino Fundamental

de uma escola da Rede Municipal de Ensino da cidade de Mossoró/RN. Ele usa um implante coclear, é oralizado e utiliza a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

2. Referencial Teórico

Discutindo sobre a formação de professores, NÓVOA (1995) afirma que as experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor desempenha o papel de formador e de formando. No processo de formação, o diálogo entre os professores é fundamental, de maneira que a criação de redes coletivas de trabalho constitui um valor decisivo de socialização profissional e afirmação de valores da profissão docente.

A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas (NÓVOA, 1995, p. 27).

Nesse sentido, é de fundamental importância que os professores sintam a necessidade da formação continuada, pois para atender as demandas da sociedade atual, surge neste novo cenário, questões que de fato impulsionam o professor para também acompanhar estes avanços a fim de que possam inseri-las em sua prática diária através dos conceitos trabalhados relacionados a uma transposição didática.

Ainda sob este aspecto, os autores BRAGA e BEDAQUE (2015), relatam que: “A formação continuada para os docentes é um fator fundamental no processo de transformação no sistema educacional tendo em vista a possibilidade de transpor barreiras, em especial as atitudinais, que envolvem a cultura de todos os atores na sociedade”.

Outro fator importante nessa relação de mudanças nos paradigmas no tocante à educação inclusiva diz respeito à parceria estabelecida entre escola e família. Sabemos que a escola tem papel primordial em acolher e orientar juntamente com outros profissionais os pais da criança com deficiência auditiva, a fim de que possam realizar um prognóstico relacionado a condutas terapêuticas e educacionais.

Essa orientação da escola junto à família é muito importante, pois alguns pais quando descobrem que a criança tem deficiência auditiva, sentem-se muito confusos e acompanhando estes momentos conflituosos, estão a insegurança, o medo e a incerteza. Descrevendo as fases envolvidas no momento da descoberta, os autores BRAGA e BEDAQUE (2015, p. 21 - 22), elencam algumas fases envolvidas nesse processo de ajustamento emocional, a saber:

1 – NEGAÇÃO

Primeiro sentimento que os pais apresentam após o diagnóstico, negando a deficiência, procurando outros médicos, questionando os exames ou, até mesmo, achando que se trata de um simples atraso no desenvolvimento da criança. Alguns pais passam rápido por essa fase outros demoram a superá-la o que ocasiona perda de tempo no tratamento precoce da criança. Observam-se, nessa fase, algumas reações dos pais que perduram por muito tempo como:

- Choque – geralmente vem acompanhado de mecanismos de defesa psíquica como: decepção, frustração, revolta, incapacidade, insegurança e culpa.
- Raiva – a não aceitação e a sensação de incapacidade leva-os a despertar um ódio abafado, resultando, às vezes, em depressão.
- Culpa – a elaboração de quem é a culpa traz reflexões das mais variadas, indo do divino ao científico.
- Superproteção – dedicação exclusiva, muitas vezes, acompanhada de sacrifícios financeiros e abdicação da própria vida, desenvolvendo, com isso, uma criação sem limites, gerando, ainda, insegurança na criança e, futuramente, um adulto dependente.
- Vergonha – receio da reação dos outros.
- Autocomiseração – Sentimento de compaixão consigo mesmo.
- Projeção – necessidade de responsabilizar alguém pela situação ameaçadora.
- Padrões de dependência mútua – Cuidados excessivos com a criança.

2 – RESISTÊNCIA

Os pais admitem para si próprios que têm um filho com deficiência, porém não admite para com os outros.

3 – AFIRMAÇÃO

Nesse estágio, os pais já vivenciam a deficiência auditiva nas suas vidas, admitindo para os outros também.

4 – ACEITAÇÃO

Final do luto pela perda do “filho normal”. Os pais buscam ajuda de uma forma geral, envolvem-se com o assunto, enfim voltam à vida normal, sem permitir mais a dominância da deficiência nas suas vidas.

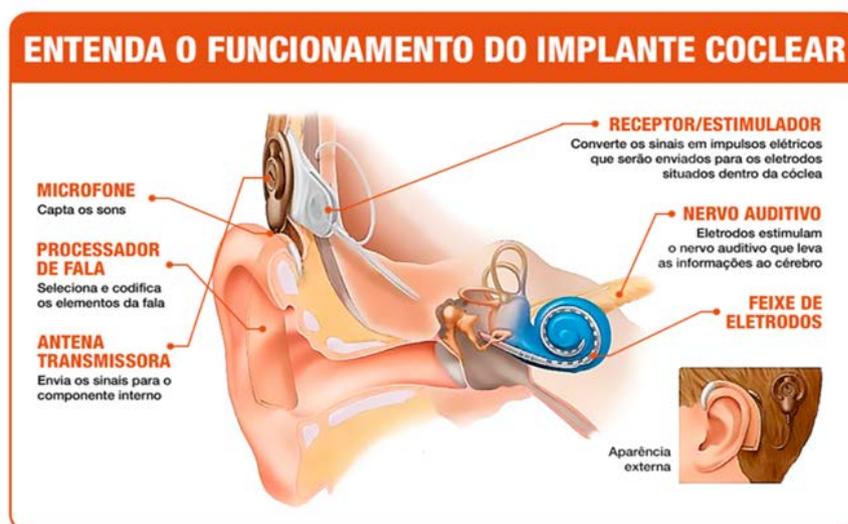
Com relação às pessoas com deficiência auditiva, e sobre este termo vale destacar que BRAGA JUNIOR e BEDAQUE (2015) relatam que a visão da deficiência auditiva ou surdez está diretamente relacionada de como o profissional, o familiar e, principalmente, de como o próprio sujeito vê ou encara sua deficiência. Assim, para alguns, a surdez é vista como um grupo linguístico e cultural, enquanto que a deficiência auditiva está relacionada com a falta ou diminuição da audição.

Todavia, a pessoa com deficiência auditiva apresenta limitações para a realização das atividades diárias, e muitas vezes se isola por não compreender o que acontece a sua volta e/ou por não ser compreendida ao se expressar. Daí a importância da parceria entre escola e família para que o diagnóstico aconteça o quanto mais cedo possível, e posteriormente ser realizado o prognóstico para que a criança, neste caso, tenha maiores oportunidades de desenvolver a sua linguagem.

Em alguns casos de surdez profunda, a criança poderá utilizar o implante coclear que é um dispositivo eletrônico e tem o objetivo de substituir as funções das células do ouvido interno de pessoas com surdez profunda que não são beneficiadas pelo uso de aparelhos auditivos. É um equipamento implantado cirurgicamente na orelha e tem a função de estimular o nervo auditivo e recriar as sensações sonoras. Desta forma, o aparelho auxilia na assimilação e entendimento das atividades propostas pelos professores em sala de aula e no entendimento do diálogo com os seus colegas.

IMPLANTE COCLEAR

FIGURA 01: Implante Coclear: O que é? Como funciona?



Fonte: <https://www.direitodeouvir.com.br/blog/implante-coclear>⁴

Neste caso, o professor de sala de aula também utiliza um aparelho denominado de Sistema FM, tipo um microfone onde o aluno pode ouvir o que ela fala, sem interferências de ruídos. Ele ouve através do Sistema FM só a voz da professora naquele momento. Desta forma, o objetivo principal do sistema FM é trazer o sinal da fonte sonora próximo ao usuário. Mesmo com a fonte sonora distante ou com ruído de fundo, o sinal enviado para o aluno via sistema FM é limpo e audível, como se a fonte sonora estivesse ao lado da orelha do usuário. Segundo o artigo 70, capítulo IX, das disposições finais do Decreto nº 5.296, de 2004,

A deficiência auditiva pode ser definida como perda bilateral, parcial ou total de 41 dB ou mais da audição, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1000 Hz, 2000 Hz e 3000 Hz(1). Existem diversos tipos e graus de deficiência auditiva, com diferentes etiologias. Em geral, as pessoas com perdas auditivas de grau leve e moderado são chamadas de deficientes auditivas, enquanto as que possuem perdas severas (entre 70 e 90 dB) e profundas (acima de 90dB) são consideradas surdas.

É sabido que a perda da audição pode ser percebida logo nos primeiros anos de vida da criança, uma vez que ela não atende aos comandos estabelecidos pelas pessoas mais próximas, no caso, sua família.

⁴ Disponível em: <<https://www.direitodeouvir.com.br/blog/implante-coclear>> Acesso em set. 2017.

Nesse sentido, os surdos enfrentam algumas dificuldades nas salas de aula, pois tem seu jeito peculiar de escrever. Por usarem a língua brasileira de sinais não usam conectivos, preposições e alguns verbos, e também fazem uso de gestos e mímicas. Isso acaba gerando conflitos. Nesta perspectiva, a SEESP ressalta que:

Ao optar-se em oferecer uma educação bilíngue, a escola está assumindo uma política linguística em que duas línguas passarão a co-existir no espaço escolar. “Além disso, também será definido qual será a primeira língua e qual será a segunda língua, bem como as funções em que cada língua irá representar no ambiente escolar” (MEC/ SEESP, 2006).

A necessidade que o homem sentiu em comunicar-se com os demais seres, fez com que ele criasse um jeito próprio de compreender o outro através da linguagem oral. Assim, a linguagem apresenta-se como um meio facilitador da comunicação oral. Mas para o filósofo francês Merleau-Ponty, “a linguagem não é nem simples emissão de sons, nem simples sistema convencional, como quer um certo positivismo, nem tampouco tradução imperfeita do pensamento, vestimenta de ideias mudas e verdadeiras, como a concebe um pensamento idealista. Pelo contrário, é criação de sentido, encarnação de significação e, como tal, ela dá origem à comunicação”.(Geraldi,2000, p. 22). Mas a forma como as pessoas utilizam a linguagem, restringindo-a a um público ouvinte, nos faz repensar e pensar nas pessoas que não a utilizam de forma oralizada. A este respeito, os autores Gonçalves e Furtado (2015), enfatizam que:

A organização linguística envolve processos complexos da cognição humana relacionados à percepção, atenção, memória, aprendizagem, e a processos de recuperação da informação, da palavra escrita ou falada, entre outros. A questão torna-se ainda mais complexa quando nestes atos estão envolvidas pessoas que não podem se comunicar por meio da fala, o que significa para elas ser capaz de nomear um objeto ou uma figura ou de se comunicar com outras pessoas. (FURTADO, 2015, p.55-56).

E foi pensando nestas pessoas que foi criado a Comunicação Alternativa que se constitui como uma ferramenta em possibilitar a comunicação entre as pessoas. ”Devendo, portanto ser compreendida no âmbito da complexidade envolvida nesta habilidade humana, qual seja a de se comunicar. Ainda não há um consenso em relação à nomenclatura utilizada, podendo se encontrar na literatura denominações como: Comunicação Alternativa e Suplementar”. Assim sendo, a Comunicação Alternativa é formada por um grupo integrado de componentes, incluindo símbolos, estratégias e técnicas usadas para realizar a comunicação de pessoas que não possam comunicar-se por meio da fala. E seu objetivo primordial é a

facilitar a participação dessas pessoas em vários contextos comunicativos, uma forma de comunicação que seja independente da assistência do interlocutor, ou de terceiros, e o mais próximo possível da comunicação natural, permitindo a sua inserção social. São exemplos de Comunicação Alternativa, tablet, telefone celular, computador, desktop ou notebook, vocalizadores, teclados adaptados e virtuais, e equipamentos dedicados que são desenvolvidos exclusivamente para o sistema de comunicação.

Todavia, a Comunicação Alternativa desenvolveu-se as décadas de 50 e 60, notadamente, com o objetivo de atender a pessoas que mesmo fazendo um tratamento tradicional de reabilitação fala, não obtinham êxito no desenvolvimento das habilidades de comunicação oral.

Neste contexto, a educação brasileira vem passando por algumas modificações ao longo dos anos. E estas mudanças refletem no perfil de profissional que se deseja para atender as demandas sociais. Profissional este que seja versátil, reflexivo e capaz de compreender o outro, como parte integrante da sociedade em que ele também está inserido. Haja vista que para acompanhar as inovações do mundo moderno frente aos usos das novas tecnologias, requer que se tenha um profissional capacitado para desenvolver os mecanismos necessários e atender aos desafios que a educação aponta nos dias atuais. E partindo deste pressuposto, a escola precisa estar preparada para atender a todas as pessoas sem exclusão, dando suporte necessário para que todos alcancem sucesso em sua aprendizagem.

E de acordo com BRAGA JUNIOR e BEDAQUE (2015), no Brasil a educação do surdo veio se oficializar com a criação do “Instituto dos Surdos-Mudos” (hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES”) em 1857, no Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial; pois antes dessa época a educação no Brasil era voltada para os filhos de famílias de classe econômica distintas e realizada por meio de tutores. Tal iniciativa foi importante para provocar reflexões e conscientização sobre a educação no país, porém a demanda era muito superior à oferta de vagas (MAZZOTTA, 1996). Em 1911, o INES estabeleceu o oralismo puro como filosofia de ensino, sendo instalada tal filosofia até o final da década de 70, coincidentemente com o surgimento da Comunicação Total.

Dessa forma, há ainda muitos obstáculos a se transpor, mais não podemos esquecer as conquistas que foram alcançadas ao longo da história na busca pela promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Desta forma, é preciso diminuir entre as pessoas, o preconceito e os estigmas que por muito tempo perdurou relacionado às pessoas com deficiência. Faz-se necessário também a sensibilidade para escutar as vozes dos sujeitos, nos vermos no outro, ou seja, pensar no desenho universal como direito humano universal, pensando a inclusão além das barreiras arquitetônicas.

De acordo com WERNECK (1997) a inclusão é necessária porque somos todos diferentes, todos nós temos limitações e potencialidades. Portanto, é de fundamental importância que o professor do Atendimento Educacional Especializado - AEE pense em trabalhar atividades que desafiem e proporcionem o desenvolvimento dos alunos com deficiência na perspectiva da educação inclusiva. Desta forma, a escola deve ser inclusiva, pautada numa dinâmica que favoreça o atendimento de forma humanizada que atenda as exigências inerentes ao bom funcionamento, isto é que ultrapasse todas as barreiras arquitetônicas, atitudinais, procedimentais, conceituais e que seu corpo docente esteja preparado para trabalhar com todas as crianças e fazerem avançar no seu processo de ensino e aprendizagem.

Faz-se necessário também a sensibilidade para escutar as vozes dos sujeitos, nos vermos no outro, ou seja, pensar no desenho universal como direito humano universal, pensando a inclusão além das barreiras arquitetônicas.

Portanto é necessário pensar a educação especial numa perspectiva inclusiva, libertadora, valorizando-se as experiências e os avanços conquistados até o momento. E o Estado constitui-se no meio transmissor de educação para todos. A esse respeito, BEDAQUE (2015), afirma que “é preciso mudanças nas concepções e práticas sobre o que é ensinar e aprender, o papel da escola, do professor, do gestor, do estudante, da família e dos envolvidos no processo educativo e, evidentemente, políticas públicas que fortaleçam essas mudanças, sempre em benefício dos estudantes”.

Contudo, a educação inclusiva apresenta-se como um estímulo para a confirmação de bandeiras de lutas e o amadurecimento de propostas que venham atender a necessidade e melhorar o nível de atendimento as pessoas com deficiência. Nesta perspectiva, vale destacar que a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), foi uma conquista.

Assim, é fundamental que as crianças com deficiência auditiva tenha os seus direitos respeitados e que tenha acesso em primeiro lugar à língua de sinais, sua língua materna para depois serem inseridas atividades e metodologias adequadas que os façam compreender e assimilar outro tipo de linguagem. Sendo assim, a língua de sinais deve permear o contexto de sala de aula e todo o ambiente escolar.

Ainda sobre esta temática, CARVALHO (2006) afirma que “para entender a educação inclusiva deve-se primeiro entender que a proposta não foi concebida apenas para determinados alunos e sim para todos, sem distinção. Entender que somos diferentes”. É importante que cada um contribua para a cidadania, compreendendo que a cidadania pode ser construída em conjunto, ou seja, que esta construção se dê, a partir das práticas.

Portanto a escola deve ser inclusiva e atender de forma humanizada as exigências ao bom funcionamento e que ultrapasse as barreiras arquitetônicas, atitudinais, procedimentais e conceituais, e que os docentes sejam preparados para atender as crianças e as fazerem avançar no processo de aprendizagem.

3. Metodologia

Fundamentamos esse artigo com autores que dialogam com esta temática, como Braga e Bedaque (2015), Carvalho (2004), Werneck (1997), Gonçalves e Furtado (2015), e as leis que regulamentam a educação inclusiva em âmbito Nacional, entrevista semiestruturada com a mãe de um aluno com surdez severa profunda e o Caderno da disciplina.

Durante a entrevista realizada com a mãe do aluno FGDF, ela nos respondeu que ele tem surdez severa profunda. O lado direito tem resíduo de audição e o esquerdo é anacusos (não escuta nada). Desta forma, ele usa um aparelho conhecido popularmente como ouvido biônico. Este aparelho faz parte do implante coclear que é um dispositivo eletrônico e tem o objetivo de substituir as funções das células do ouvido interno de pessoas com surdez profunda que não são beneficiadas pelo uso de aparelhos auditivos. É um equipamento implantado cirurgicamente na orelha e tem a função de estimular o nervo auditivo e recriar as sensações sonoras, auxiliando na assimilação e entendimento das atividades propostas pelos professores em sala de aula e no entendimento do diálogo com os seus colegas.

A professora de sala de aula também utiliza um aparelho denominado de Sistema FM, tipo um microfone onde o aluno pode ouvir o que ela fala, sem interferências de ruídos. Ele ouve através do Sistema FM só a voz da professora naquele momento. Desta forma, o objetivo principal do sistema FM é trazer o sinal da fonte sonora próximo ao usuário. Mesmo com a fonte sonora distante ou com ruído de fundo, o sinal enviado para o aluno via sistema FM é limpo e audível, como se a fonte sonora estivesse ao lado da orelha do usuário. Segundo o artigo 70, capítulo IX, das disposições finais do Decreto nº 5.296, de 2004,

A deficiência auditiva pode ser definida como perda bilateral, parcial ou total de 41 dB ou mais da audição, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1000 Hz, 2000 Hz e 3000 Hz(1). Existem diversos tipos e graus de deficiência auditiva, com diferentes etiologias. Em geral, as pessoas com perdas auditivas de grau leve e moderado são chamadas de deficientes auditivas, enquanto as que possuem perdas severas (entre 70 e 90 dB) e profundas (acima de 90dB) são consideradas surdas.

É sabido que a perda da audição pode ser percebida logo nos primeiros anos de vida da criança, uma vez que ela não atende aos comandos estabelecidos pelas pessoas mais próximas, no caso, sua família. E com relação ao referido aluno, sua mãe percebeu aos sete meses de idade que ele tinha dificuldades em responder aos estímulos que ela fazia através de conversas, bater palmas, cantar dentre outros. E ao completar um ano, ela o levou ao médico. O referido aluno é oralizado, realiza leitura labial e faz uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. De acordo com a sua mãe, ele frequenta o CAS - CENTRO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM SURDEZ - desde pequeno, juntamente com ela. Lá no CAS, ele faz curso de LIBRAS e utiliza em sua comunicação a linguagem oral e a linguagem de sinais. Além disso, tem atendimento com fonoaudiólogos.

Quando questionada a respeito do diagnóstico, ela relatou que: “Meu intuito no CAS era o atendimento de Fátima Cortez que era Verbotonalista (trabalha o som) e fui ficando, ele é doido por Libras, porém eu queria que ele falasse”. A partir do relato desta mãe podemos perceber que alguns os pais não aceitam o diagnóstico de antemão, como já foi mencionado nas fases envolvidas no momento da descoberta.

Quando indagada sobre o processo de descoberta e se ele não respondia aos estímulos, a mãe respondeu que:

Ele nasceu surdo, eu percebia que ele não se assustava, a partir de 7 meses, percebia que ele não respondia a estímulos, mas como ele nasceu antes do previsto sempre foi mais atrasado no desenvolvimento, esperei até 1 ano, foi aí que procurei auxílio médico.(ACDF, 2017)

Em sala de aula, FGDF realiza todas as atividades propostas acompanhando o nível destas atividades. E ainda, uma vez por semana uma professora intérprete de LIBRAS vem à escola para dar aula para ele e a turma. Estas aulas são voltadas para temáticas e conceitos que envolvem as atividades diárias. E desta forma, os outros alunos também aprendem a se comunicar através da língua de sinais.

A sua mãe acompanha todas as atividades realizadas por ele e participa ativamente dos eventos escolares. A este respeito ela falou: “Adoro, procuro sempre estar presente em tudo... Eu acho que nossa presença é fundamental. É uma forma de mostrar a ele que me importo com ele, é reconhecer também o esforço dele. Nas apresentações quando ele me ver, chega o olhinho brilha.” Acrescentou ainda que percebe as habilidades dele, pois participa de tudo na escola, sendo assim uma escola inclusiva. Mas também percebe que ele ainda tem muita dificuldade na linguagem escrita, pois seu vocabulário é restrito. Às vezes, ele não associa a palavra ao objeto.

4. Resultados e Discussão

Em casos de surdez profunda, a criança poderá utilizar o implante coclear que substitui as funções das células do ouvido interno que não são beneficiadas pelo uso de aparelhos auditivos.

Com relação ao aluno observado, vale destacar que na sala de aula ele participa de todas as atividades propostas pela professora. Ela utiliza diferentes ferramentas pedagógicas, dentre elas a comunicação alternativa, tecnologia assistiva e o uso do material dourado, recurso indispensável para o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático. Vale salientar que o referido aluno também tem atendimento na sala de Atendimento Educacional Especializado.

O professor de Atendimento Educacional Especializado tem uma importante função na sala de recursos multifuncionais e para que ele possa desenvolver uma ação pedagógica que

contribua para o processo e desenvolvimento da aprendizagem do aluno com surdez, é necessário que trabalhe numa perspectiva de educação inclusiva, no sentido de não utilizar somente a sala de recursos multifuncionais, mas que estabeleça uma relação dialógica com o professor da sala de aula regular para observar e pensar em estratégias que ajudem no desenvolvimento desta criança e o seu contexto escolar.

Desta forma, o professor de Atendimento Educacional Especializado poderá trabalhar a aquisição da língua de sinais, junto ao intérprete de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Além disso, trabalhará com atividades de comunicação alternativa e aumentativa, que visa atender alunos com dificuldades da fala e da escrita.

5. Conclusão

Verifica-se que a disciplina Deficiência Auditiva e AEE contribuiu para o aprimoramento da prática pedagógica da professora participante do curso, fazendo-a refletir sobre práticas metodológicas que atendam as necessidades dos alunos. Vimos que é necessária a sensibilidade para escutar as vozes dos sujeitos, nos vermos no outro e compreendermos que a cidadania pode ser construída em conjunto, ou seja, a partir das nossas práticas.

Desta forma, a escola deve ser inclusiva, pautada numa dinâmica que favoreça o atendimento de forma humanizada que atenda as exigências inerentes ao bom funcionamento, isto é que ultrapasse todas as barreiras arquitetônicas, atitudinais, procedimentais, conceituais, que seu corpo docente esteja preparado para trabalhar com todas as crianças e fazerem avançar no seu processo de ensino e aprendizagem. Faz-se necessário também a sensibilidade para escutar as vozes dos sujeitos, nos vermos no outro, ou seja, pensar no desenho universal como direito humano universal, pensando a inclusão além das barreiras arquitetônicas. Assim, é necessário pensar a educação especial numa perspectiva inclusiva, libertadora, valorizando-se as experiências e os avanços conquistados até o momento. E o Estado constitui-se no meio transmissor de educação para todos.

Referências

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Atendimento Educacional especializado**. Mossoró, 2015.68p.

BRAGA JUNIOR, Francisco Varder; BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Deficiência auditiva e o Atendimento Educacional Especializado**. Mossoró: EdUFERSA, 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei 13.146/2015 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 20 de Outubro de 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FURTADO DA CUNHA, M. a. **Linguística funcional – teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2015 v 1. 125p.

NÓVOA, A.(Org.). **Profissão professor**. Portugal: Porto Editora, 1995.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. WVA, Rio de Janeiro: 1997.